



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

CARLOS HENRIQUE DE ALBUQUERQUE

**A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB E A
REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CAMPO: CONTRADIÇÕES
SOCIOTERRITORIAIS E RESISTÊNCIAS NO ASSENTAMENTO PEDRO INÁCIO**

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

CARLOS HENRIQUE DE ALBUQUERQUE

**A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB E A
REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CAMPO: CONTRADIÇÕES
SOCIOTERRITORIAIS E RESISTÊNCIAS NO ASSENTAMENTO PEDRO INÁCIO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, modalidade a distância, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Ma. Nathália Rocha Morais

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A345r Albuquerque, Carlos Henrique de.

A Reforma Agrária de Mercado no município de Pocinhos-PB e a reprodução camponesa no campo [manuscrito] : contradições socioterritoriais e resistências no assentamento Pedro Inácio / Carlos Henrique de Albuquerque. - 2021.

31 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Nathália Rocha de Moraes, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Reforma Agrária. 2. Reforma Agrária de Mercado. 3. Assentamento Pedro Inácio. I. Título

21. ed. CDD 333.31

CARLOS HENRIQUE DE ALBUQUERQUE

A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB E A
REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CAMPO: CONTRADIÇÕES SOCIOTERRITORIAIS
E RESISTÊNCIAS NO ASSENTAMENTO PEDRO INÁCIO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, modalidade
a distância, como requisito parcial à obtenção
do título de licenciado em Geografia

Aprovada em: 02/08/2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Nathália Rocha Morais (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Agnaldo Barbosa dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Weldon Pereira Silva de Novais
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Aos camponeses e camponesas que historicamente sofrem com as injustiças no campo brasileiro, DEDICO.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
2.1 A reforma agrária no Brasil: uma breve contextualização.....	09
2.1.1 A Reforma Agrária de Mercado (RAM).....	12
2.2 A agricultura familiar: qual é o conceito, quais os sujeitos e por que tantas interpretações?	14
2.3 A questão agrária no município de Pocinhos-PB.....	16
3 METODOLOGIA.....	17
3.1 O recorte espacial da pesquisa.....	18
4 RESULTADOS.....	20
4.1 A criação do Assentamento Pedro Inácio.....	20
4.2 O acesso à terra e as contradições socioterritoriais no Assentamento Pedro Inácio ...	23
4.3 As formas de resistência.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE- A: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS ASSENTADOS.....	30

A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB E A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CAMPO: CONTRADIÇÕES SOCIOTERRITORIAIS E RESISTÊNCIAS NO ASSENTAMENTO PEDRO INÁCIO

AGRARIAN MARKET REFORM IN THE MUNICIPALITY OF POCINHOS-PB AND PEASANT REPRODUCTION IN THE FIELD: SOCIOTERRITORIAL CONTRADICTIONS AND RESISTANCE IN THE PEDRO INÁCIO SETTLEMENT

Carlos Henrique de Albuquerque¹
Nathalia Rocha Morais²

RESUMO

A Reforma Agrária de Mercado (RAM) faz parte do pacote de iniciativas neoliberais do Banco Mundial que ganhou força a partir da década de 1990 nos países subdesenvolvidos explorando, entre outros aspectos, o discurso da ineficiência e burocratização dos projetos de reforma agrária convencionais, a exemplo daqueles conduzidos pelo INCRA no Brasil. Dessa forma, a RAM passou a atuar como um modelo de redistribuição de terras pautado no mercado, em que são oferecidos a produtores familiares sem terra e/ou minifundistas financiamentos para a compra de propriedades rurais negociadas diretamente com os proprietários. Defendida no seio capitalista neoliberal como uma política complementar de redistribuição de terras estratégica na desconcentração da estrutura fundiária a RAM, na prática, tem se configurado como um modelo contraditório marcado pela eminência dos interesses do capital que, mais do que prover meios para superar as desigualdades no acesso à terra e a renda, tem buscado vias para viabilizar a ofensiva capitalista no campo através do favorecimento ao mercado. Nesse contexto, a implementação desse modelo de reforma agrária ao mesmo tempo em que comparece como uma possibilidade para a reprodução camponesa no campo, levanta inúmeras contradições socioterritoriais. Levando em conta esse quadro e sua contextualização empírica no Assentamento Pedro Inácio, no município de Pocinhos-PB, neste trabalho o objetivo central estabelecido consistiu em compreender os contextos da reprodução camponesa no referido Assentamento, levando em conta as contradições socioterritoriais emergentes e as formas de resistência. Do ponto de vista metodológico, para a efetivação do trabalho contamos com a realização de pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de campo desenvolvida através de observações *in loco* e de entrevistas semiestruturadas. Com base nos resultados alcançados, é possível afirmar que a RAM é uma via importante de acesso à terra. Contudo, a sua atuação resumida a financiamentos e desacompanhada de políticas complementares que possam viabilizar a permanência das famílias na terra resulta em um cenário contraditório caracterizado pela venda e abandono dos lotes por um lado e, por outro, pela resistência de alguns assentados que tentam, mesmo em meio as adversidades, continuar na terra e nela estruturar as formas de sua reprodução camponesa.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Reforma Agrária de Mercado. Assentamento Pedro Inácio.

¹ Licenciando em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: cahenriquealbuquerque@gmail.com

² Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: nathalia_rochamorais@hotmail.com

ABSTRACT

Market Agrarian Reform (RAM) is part of the World Bank's package of neoliberal initiatives that gained strength from the 1990s onwards in underdeveloped countries, exploring, among other aspects, the discourse of the inefficiency and bureaucratization of conventional agrarian reform projects, the example of those conducted by INCRA in Brazil. In this way, RAM started to act as a model of land redistribution based on the market, in which landless family producers and/or minifundistas are offered financing for the purchase of rural properties negotiated directly with the owners. Defended within the neoliberal capitalist bosom as a complementary policy of strategic land redistribution in the deconcentration of the land structure, RAM, in practice, has been configured as a contradictory model, marked by the eminence of the interests of capital that, more than provide means to overcome inequalities in access to land and income, has sought ways to make the capitalist offensive in the countryside viable through favoring the market. In this context, the implementation of this agrarian reform model, while appearing as a possibility for peasant reproduction in the countryside, raises numerous socio-territorial contradictions. Taking into account this framework and its empirical contextualization in the Pedro Inácio Settlement, in the municipality of Pocinhos-PB, in this work the main objective established was to understand the contexts of peasant reproduction in the aforementioned Settlement, taking into account the emerging socio-territorial contradictions and forms of resistance. From a methodological point of view, in addition to bibliographical research, to carry out the work we have a field research carried out through on-site observations and semi-structured interviews. Based on the results achieved, it is possible to affirm that RAM is an important access route to land. However, its performance limited to financing and unaccompanied by complementary policies that can make it possible for families to remain on the land results in a contradictory scenario characterized by the sale and abandonment of lots on the one hand and, on the other, by the resistance of some settlers who try to, even in the midst of adversity, continue on the land and structure the forms of their peasant reproduction in it.

Keywords: Land Reform. Market Agrarian Reform. Assentamento Pedro Inácio.

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira tem como marca a permanência de problemas históricos, cuja tendência é o agravamento diante da emergência de novos contextos edificados pela ofensiva do capital no campo. Tem sido assim com a concentração fundiária, um problema secular que se mantém irresoluto e se complexifica ainda mais com a lentidão da reforma agrária convencional, isto é, aquela conduzida pelo Estado através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com a emergência de um novo modelo de redistribuição de terras conduzido pelo mercado, a chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM), que tem permitido o acesso à terra, mas não aos meios para a permanência na mesma.

A RAM faz parte do pacote de iniciativas neoliberais do Banco Mundial que ganhou força a partir da década de 1990 nos países subdesenvolvidos, passando a ser adotada no Brasil a partir de 1996 quando foi incorporada na agenda política para o campo do Governo Fernando Henrique Cardoso. A partir de então, este modelo de redistribuição de terras cresce no território brasileiro, já sendo o Brasil o país mais expressivo na esfera internacional em termos de famílias financiadas e de volume de recursos gastos (SAUER, 2010).

Desde que foi implantada no Brasil, a RAM tem se efetivado a partir de diferentes programas e projetos, sendo estes: o Cédula da Terra (1998-2002); o Banco da Terra (2000-2003); o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, via Acordo de Empréstimo 7037 BR com Banco Mundial – PCFCPR/Banco Mundial (2001-2008); e, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, criado em 2003 e em plena operação que incorporou o Banco da Terra, o Cédula da Terra e o PCFCPR/Banco Mundial, se tornando em 2008 um instrumento de política pública e a principal via da RAM no campo brasileiro (BRASIL, 2017).

No município de Pocinhos, na Paraíba, o PNCF tem uma atuação expressiva, tendo contemplado de 2003 até 2020 102 famílias, com uma área adquirida de 2.293,31 km² e um volume de recursos gastos de 3.865.258,49 (EMPAER, 2021). Foi nesta leva que em 2013 foi criado o Assentamento Pedro Inácio, contemplando 20 famílias em uma área de 483 hectares, dos quais cada família recebeu 20 hectares e a área restante foi destinada a criação de duas reservas ambientais. No referido Assentamento, o acesso à terra não foi acompanhado de políticas e estratégias complementares que pudessem viabilizar a permanência dos assentados na mesma, inferindo a reprodução camponesa nesse contexto delimitado pela RAM os efeitos das contradições socioterritoriais que têm resultado em abandono das terras por um lado e, por outro, em formas de resistência por parte daqueles camponeses que decidem permanecer.

Levando em consideração todo este quadro, neste trabalho apresentamos uma análise acerca da reforma agrária de mercado (RAM) no município de Pocinhos, no estado da Paraíba, em que evidenciamos a reprodução camponesa mediante o encontro das contradições socioterritoriais e das formas de resistência. Dessa forma, o objetivo central estabelecido consistiu em compreender os contextos da reprodução camponesa no Assentamento Pedro Inácio, no município de Pocinhos-PB, levando em conta as contradições socioterritoriais emergentes e as formas de resistência.

O interesse pelo tema surgiu ainda em 2018 através da participação em um Grupo de Trabalho no Encontro Nacional de Geógrafos, em João Pessoa-PB, onde pôde-se ter contato com relatos de experiências diversas com a RAM em diferentes estados do Brasil. A partir disso, a observância da crescente atuação da Reforma Agrária de Mercado no município de Pocinhos-PB, onde existe uma vivência cotidiana do autor, aguçou ainda mais a vontade de analisar geograficamente a configuração deste modelo de reforma agrária na dinâmica socioterritorial do campo. Neste sentido, acreditamos que a realização da pesquisa será importante para a Geografia, na medida em que possibilitará a reflexão e problematização de um fenômeno com dimensões sociais, econômicas e territoriais importantes, que é a reforma agrária; e para o espaço da pesquisa, o município de Pocinhos-PB e mais especificamente para o Assentamento pesquisado, uma vez que o estudo irá legar informações acerca de um processo que está acontecendo no campo e que precisa ser melhor compreendido pelas autoridades e pela população.

Em relação a metodologia, que toma por base a abordagem qualitativa, além da revisão bibliográfica, para a efetivação do trabalho contamos com a realização de uma pesquisa de campo desenvolvida através de observações *in loco* e entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos assentados.

Com base nos resultados alcançados, é possível afirmar que a RAM é uma via importante de acesso à terra. Todavia, a sua atuação resumida a financiamentos e desacompanhada de políticas complementares que possam viabilizar a permanência das famílias assentadas contribuiu para um cenário contraditório caracterizado pela venda e abandono dos lotes³ e pela tentativa de resistência de alguns camponeses que buscam, mesmo em meio as adversidades, continuar no Assentamento.

Quanto a estrutura do trabalho, além desta introdução, o texto encontra-se dividido em três seções de natureza teórica; uma seção dedicada a descrição do caminho metodológico da

³ Lote é o nome dado a parte da terra dada a cada assentado.

pesquisa; uma seção destinada a apresentação e discussão dos resultados; e, por fim, apresentamos as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A reforma agrária no Brasil: uma breve contextualização

A reforma agrária no Brasil, seja no âmbito do debate teórico-político ou dos seus desdobramentos práticos, tem comparecido historicamente como algo complexo que deve ser compreendido através dos distintos cenários edificados em meio aos diferentes contextos políticos, sociais e econômicos que se sucederam ao longo da evolução temporal trazendo à tona novas possibilidades e, sobretudo, novos impasses para a realização da reforma. Tal como vem se configurando no campo brasileiro a reforma agrária, mais do que um processo pautado em ações diversas, articuladas e complementares capazes de promover uma mudança satisfatória e significativa na estrutura fundiária brasileira, tem se efetivado a partir de ações pontuais que, embora importantes, não têm força suficiente para desconstruir as contradições e desigualdades socioeconômicas e territoriais decorrentes da concentração da terra e, conseqüentemente, da renda.

Desta forma, entre os muitos e, por vezes, equivocados caminhos para se compreender a reforma agrária, é pertinente tomar como base a configuração da questão agrária e a forma como os seus efeitos, a cada tempo, são evidenciados no campo. Para Martins (1999), isso é necessário tendo em vista que a reforma agrária deve ser pensada sempre como uma resposta para a questão agrária. Conforme pontua o autor:

A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. Não é manifestamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto. Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar (MARTINS, 1999, p. 99-100).

Essa condição da questão agrária brasileira, destacada por Martins (1999), é essencial para entendermos porque ela se tornou ainda mais emblemática nas últimas décadas, condicionando novos limites para a realização da reforma agrária. Diante da expansão capitalista no campo brasileiro, principalmente a partir da década de 1970, a certificação do capital como um agente potencializador do lucro na grande propriedade, por um lado, limitou

ainda mais a intervenção na questão agrária através da reforma da estrutura fundiária e, por outro, ainda tratou de alinhar as “soluções” para o problema agrário brasileiro, a exemplo da própria reforma agrária, aos interesses do capital. Foi neste viés, inclusive, que ocorreu a promoção da Reforma Agrária de Mercado, um modelo alinhado e a serviço do capital, como discutiremos melhor mais adiante.

Na leitura de Oliveira (2007, p. 66) “[...] a propriedade e a concentração da terra no capitalismo constituem-se em mecanismos de produção do capital”. Com esse aspecto, as ações em prol da redistribuição social de terras no Brasil são também de enfrentamento a ofensiva do capital no campo e isso gera tensões, conflitos e o retardamento da concretização da reforma agrária. Ainda segundo Oliveira (2007), a concentração da terra se torna, portanto, um produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção, que é a terra, que passa a ser utilizada para a reprodução ampliada do capital.

Neste contexto, a questão agrária, isto é “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção” (FERNANDES, 2001, p. 23), comparece como uma questão estrutural que precisa de uma solução, ou seja, de uma reforma, que também seja estrutural.

Para Oliveira (2007, p. 67) “a reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras”. Desta maneira, ainda segundo o autor, o grande entrave sempre foi a natureza das desapropriações.

A Reforma Agrária aparece na História, em geral, relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e às ações de governos visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países. No primeiro caso, a ideia central de reforma agrária está mais relacionada a ideia de revolução agrária, enquanto que no segundo, está mais relacionada a ideia de reforma propriamente dita (OLIVEIRA, 2007, p. 67-68).

Desta forma, é imprescindível que a reforma agrária seja vista e implementada não através de ações isoladas, mas com um conjunto de medidas que possa de fato promover mudanças significativas na estrutura agrária, permitindo assim o acesso à terra como também todas as condições para que nela possa se viver de forma digna. Não podemos, portanto, pensar a reforma agrária somente como um ato prático imediato de redistribuição de terras, mas como um processo que vai muito além disso. Contudo, no Brasil, historicamente temos visto a reforma agrária ser tratada de forma secundarizada na agenda política, comparecendo na

realidade agrária de cada período histórico como ações desarticuladas e cada vez mais distantes de resolver o problema agrário advindo da concentração fundiária.

Até a década de 1990, a redistribuição de terras para fins de reforma agrária vinha sendo feita através da desapropriação de terras improdutivas, processo encabeçado pelo Estado através de órgãos do governo, a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que desde a década de 1970 é responsável pela chamada reforma agrária convencional. Através da atuação do INCRA a aquisição de terras para reforma agrária pode ser feita de diversas maneiras, sendo a mais utilizada e conhecida a desapropriação (BRASIL, 2020).

O Incra visa inicialmente os imóveis rurais classificados como grandes propriedades, aquelas cuja área é superior a 15 módulos fiscais. Pequenas e médias propriedades não podem ser desapropriadas (desde que o proprietário não possua nenhuma outra propriedade rural) [...] Após a indicação ou detecção, o proprietário do imóvel em questão é notificado pelo Incra e uma equipe da autarquia, chefiada por um perito federal agrário, procede a um levantamento local das características da área, a vistoria de fiscalização do cumprimento da função social (BRASIL, 2020, s/p).

Na década de 1990, período que vamos evidenciar por ser o contexto de emergência da RAM, as ações que ocorreram no âmbito da retribuição de terras resultaram principalmente da pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Segundo Fernandes (2008), no Governo de FHC, nos anos 1990, a criação de assentamentos foi expressiva em relação aos anos anteriores refletindo uma espécie de resposta a organização dos movimentos camponeses por meio das ocupações de terra. Nesse cenário, ainda de acordo com Fernandes (2008, p. 5):

A luta pela terra, por meio das ocupações, cresceu mais intensamente a partir da primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). As duas gestões deste governo são marcadas por diferentes políticas de reforma agrária. Na primeira gestão, o governo FHC apostou que eliminaria a questão agrária com a realização de uma ampla política de assentamentos. Foi o período em que mais se assentou famílias. Todavia, a questão agrária se manteve, exatamente por causa de seu caráter estrutural [...]. Fracassada a teoria do governo FHC, ele iniciou uma estratégia completamente oposta. Investiu na criminalização das ocupações de terra, criando medidas provisórias para não assentar famílias ocupantes de terra e não desapropriar terras ocupadas. Estas medidas políticas atingiram parcialmente as ações dos movimentos camponeses, como pode ser observado na diminuição do número de famílias ocupantes na segunda gestão do governo FHC. Como as ocupações determinam a criação de assentamentos, a diminuição do número de famílias ocupantes representou a diminuição do número de famílias assentadas.

Foi exatamente neste contexto que ganhou espaço, sobretudo na segunda metade da década de 1990, a Reforma Agrária de Mercado. A partir de 1996 e, mais expressivamente dos anos 2000, vamos ter um número crescente de ações de redistribuição de terra nos moldes da RAM que entra em cena como um mecanismo pró-capital para intervir na estrutura fundiária.

2.1.1 A Reforma Agrária de Mercado (RAM)

Conforme já salientado, a reforma agrária tem sido um tema complexo na agenda política brasileira. Historicamente vêm se constituindo, ou melhor, se desconstituindo, através de medidas fragmentadas que pontualmente vão tentando resolver um problema, cuja solução é estrutural. A sucessão histórica dos contextos socioeconômicos e políticos mudou os agentes, as circunstâncias, as variáveis e os discursos no âmbito da questão agrária, mas uma coisa continuou igual: a lentidão do Estado para desenvolver e executar um projeto de reforma agrária de abrangência nacional, levando em conta as especificidades do território.

Como descrito por Coca (2013), a partir da década de 1990 a reforma agrária no Brasil tem sido implantada através de dois modelos: a Reforma Agrária Convencional (RA) e a Reforma Agrária de Mercado (RAM). A reforma agrária convencional é aquela em que o processo de redistribuição de terras ocorre intermediado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através da desapropriação de terras improdutivas. Já a Reforma Agrária de Mercado consiste em um modelo de redistribuição de terras criado pelo Banco Mundial que busca estimular a criação, através da atuação dos governos nacionais, de políticas agrárias ajustadas aos parâmetros neoliberais que possam articular as “soluções” para a questão agrária aos interesses do capital (COCA, 2013).

Em termos práticos e críticos, isso significa dizer que RAM é um modelo capitalista de reforma agrária que funciona a partir de um programa de financiamento de terras para trabalhadores sem-terra e minifundistas. Neste modelo não há desapropriações, os interessados na compra da propriedade procuram o proprietário da terra e juntos dão entrada no processo de compra e venda, sendo as terras financiadas pelo crédito fundiário viabilizado a partir de recursos do Banco Mundial.

Conforme destacado por Sauer (2010, p. 98-99):

Apesar de todas as críticas e da oposição dos movimentos sociais agrários, os programas de mercado vêm sendo implantados desde 1996 no Brasil. Mesmo apresentando diversos problemas como, por exemplo, dificuldade por parte das famílias para pagar as prestações e amortizar a dívida, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ampliou as linhas de financiamento e, por meio da criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário de mudanças legais no Fundo de Terras, transformou essa proposta em uma política de Estado, com aportes de recursos regulares do Orçamento Geral da União.

A RAM é inicialmente implantada no Brasil através de projetos pilotos, como o Cédula da Terra (1998-2002), o Banco da Terra (2000-2003) e o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, via Acordo de Empréstimo 7037 BR com Banco Mundial –

PCFCPR/Banco Mundial (2001-2008). Em 2003, com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que absorve todos os projetos de RAM anteriores, estrutura-se o principal instrumento de operacionalização deste modelo de reforma agrária no Brasil, passando o PNCF política pública (BRASIL, 2017).

O PNCF atua oferecendo condições para que agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento de crédito rural, de modo que além da terra os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo (BRASIL, 2017). Defendido pelo Estado como uma política pública eficiente no âmbito da reforma agrária, visto que tornaria mais céleres os processos de redistribuição de terras, o PNCF enfrenta muitas críticas e encontra resistência por parte dos movimentos sociais, que compreendem a sua forma de atuação como mais uma estratégia da ofensiva do capital no campo. De acordo com Sauer (2010), diversos movimentos e organizações sociais, incluindo a CONTAG, o Movimento Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra, entre outros, fizeram e fazem oposição explícita a RAM.

Ainda conforme o autor acima citado, a posição contrária a RAM se deve a alguns problemas identificados nas áreas adquiridas através do crédito fundiário, como: terras de baixa fertilidade ou com falta de água; áreas pequenas em relação ao número de famílias, além de terras improdutivas que poderiam, ao invés de financiadas, serem desapropriadas (SAUER, 2010). Somado a tudo isso ainda preocupa a questão do endividamento das famílias, visto que diante das dificuldades para a estruturação produtiva-econômica dos assentamentos, muitas vezes, os assentados não conseguem pagar as parcelas do financiamento.

De acordo com Pereira (2017), os estudos realizados acerca do desempenho da RAM no Brasil e no mundo mostram que as vantagens para os trabalhadores rurais sem terra e/ou minifundistas assinaladas inicialmente pelo Banco Mundial e pelos governos neoliberais que adotaram este modelo, na prática não são consistentes, isso porque:

- a) apesar do pagamento à vista, os preços pagos pelas terras não foram tão baratos como havia se pensado;
- b) parte significativa das terras adquiridas era de má qualidade, em imóveis abandonados, falidos e mal localizados;
- c) não ocorreu uma oferta substancial de terras no mercado por parte de grandes proprietários endividados, apesar da queda relativa do preço da terra, razão pela qual o perfil predominante dos vendedores foi o de médios e até pequenos produtores arruinados pela liberalização;
- d) a execução dos programas provocou o aumento do preço da terra em muitas localidades, ainda que tal efeito não tenha sido homogêneo nem constante no tempo;
- e) majoritariamente, os projetos produtivos eram dominados por culturas de autoconsumo, e não por uma agricultura comercial de alta rentabilidade;
- f) nos casos considerados positivos pelo BM, houve a reprodução da dependência à monocultura e ao modelo tecnológico convencional;
- g) o subsídio se revelou insuficiente para alavancar a produção agrícola, razão pela

qual os agricultores permaneceram dependentes de uma política pública substantiva de crédito rural [...] (PEREIRA, 2017, p. 229).

Com esse aspecto, a RAM vai se mostrando um modelo contraditório que, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso à terra, deixa claro que isso por si só não é suficiente. Diante de uma estrutura agrária marcada por desigualdades históricas, a implantação da reforma agrária precisa transcorrer mediante um processo amplo que considere o acesso à terra e as condições necessárias para a permanência nesta.

2.2 Agricultura familiar: qual é o conceito, quais os sujeitos e por que tantas interpretações?

Não poderíamos pensar nesta discussão sobre reforma agrária sem antes tocar nesse debate exaustivo e ao mesmo tempo necessário na Geografia Agrária. Definir conceitualmente a agricultura familiar parece fácil, mas não é. Existe uma realidade e ela, nos próprios limites práticos da organização do trabalho e da produção, é caracterizável. Contudo, o problema da conceituação da agricultura familiar não é, simplesmente ou puramente, de natureza prática, mas principalmente teórica. Faz parte de um processo (político-ideológico) de interpretação da realidade impactada pela expansão do capital.

O capital, no âmbito de suas estratégias de reprodução reconstrói as formas sociais colocando elas sobre o que é imposto pelas demandas econômico-produtivas e acomodando-as no discurso da justaposição da modernização e do bem-estar social (OLIVEIRA, 2007). É neste contexto que a agricultura familiar (o conceito) emerge na década de 1990 para reafirmar as políticas de desenvolvimento rural neoliberais e a extensão da modernidade capitalista também para a pequena produção (WANDERLEY, 2004). É importante, segundo Oliveira (2007), compreender que, mais do que a preocupação em retratar os novos contornos da realidade da produção e do trabalho familiar no campo, a noção de agricultura familiar fomentada no contexto neoliberal da década de 1990 representa uma estratégia capitalista para o enfraquecimento do referencial orgânico de classe, pois condiciona, no plano dialógico, a fragmentação da produção e trabalho familiar sob as formas sociológicas de agricultura familiar e agricultura camponesa.

Neste debate, a atribuição da forma “agricultura familiar” ao pequeno agricultor é vista pelos seus defensores como uma conceituação que surge da adequação desses sujeitos ao movimento do capital no campo que moderniza rapidamente a grande propriedade e gradativamente a pequena propriedade. Para Fernandes (2001), nesta conjuntura conceitual que surge com a expansão capitalista no campo, a agricultura familiar é entendida sob a ideia de

que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar, conforme o autor, que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.

Nesta abordagem, o produtor familiar é pensado numa ordem evolutiva em que a agricultura familiar comparece como uma etapa que representa a modernização, enquanto que a agricultura camponesa é tida como atraso, isto, é como forma sociológica que reproduz as bases tradicionais de organização da produção e do trabalho familiar. Trata-se de um caminho teórico, reforçado pelas políticas públicas de desenvolvimento rural neoliberais, que visa subordinar a produção familiar à lógica de valorização do capital. Segundo Fernandes (2013), uma série de elementos é utilizada pelos teóricos que defendem essa conceituação para diferenciar o agricultor familiar do camponês, tais como: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. A afirmação desse discurso de fortalecimento conceitual da agricultura familiar é, para Fernandes (2013), propositora da necessidade de demarcar bem o campo teórico.

É importante destacar que, “o fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos recentes utilizarem o conceito de agricultura familiar não significa que o conceito de camponês perdeu seu status teórico” (FERNANDES, 2013, p. 06). Ou seja, a escolha do termo agricultura familiar nas bases conceituais acima mencionadas é uma opção política/ideológica que não elimina a existência real da agricultura camponesa, pois trata-se muito mais da apreensão de uma abstração do que da realidade concreta. Para Wanderley (2004, p. 43), “observa-se, de fato, que existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf”.

Nesta linha de pensamento, a agricultura familiar é entendida como sendo ilustrativa da produção familiar que é capaz de se adequar as novas tecnologias e mercados edificados na expansão capitalista. Já a agricultura camponesa, segundo Wanderley (2004), é vista a partir de dois pontos de vista: o primeiro associa o campesinato como civilização ou cultura; e, o segundo, evidencia o campesinato como uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção.

Diante desse quadro, Fernandes (2013) chama atenção para o fato de que muitas vezes a construção teórica de um (a agricultura familiar) baseia-se na desconstrução teórica do outro, devendo-se, portanto, serem estabelecidos os limites teóricos entre ambos. Isso, no entanto, não

é algo tão simples, visto que a realidade, em seu movimento dinâmico e constante, nem sempre está configurada sobre os limites estabelecidos pela academia.

Aqui, a nossa compreensão acerca da agricultura familiar leva em conta a relação produção-trabalho-família, de modo que a opção pelo termo agricultura familiar camponesa nos remete a compreensão do sujeito, ou melhor dos sujeitos, cuja organização da produção e do trabalho podem apresentar variações técnicas e diferentes níveis de relacionamento com o capital, mas não deixam, em nenhum dos casos, de ter como referência a unidade de trabalho familiar. Essa é a nossa referência de sujeito.

Optamos por dá destaque à condição camponesa, que segundo Ploeg (2009) consiste em uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Desta forma, trazemos para discussão uma reprodução camponesa que se firma na luta do dia a dia, nas práticas cotidianas para sobreviver e (re)existir no território que é cada vez mais palco do capital.

2.3 A questão agrária no município de Pocinhos-PB

O município de Pocinhos-PB, recorte espacial onde se localiza o Assentamento pesquisado, apresenta uma questão agrária que, embora caracterizada por aspectos locais relacionados aos processos de ocupação e apropriação das terras, apresenta características que vão de encontro com aquelas que se tornaram centrais na questão agrária paraibana e brasileira, a exemplo da concentração fundiária e das desigualdades socioterritoriais inerentes a ela. De acordo com Moreira e Targino (1997), o grande latifúndio é uma marca da questão agrária paraibana e um elemento que tem nutrido muitos conflitos no campo ao longo dos anos.

Na questão agrária pocinhense, a concentração fundiária que surge como herança da forma de ocupação do território paraibano foi potencializada pelo desenvolvimento da atividade sisaleira, que durante várias décadas (1950-1990) compareceu como a principal atividade econômica do setor agropecuário utilizando como base produtiva a grande propriedade (BURITI, 2016).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 evidenciam a concentração fundiária existente no município. Em 2017, o Censo constatou que as áreas com mais de 500 ha, 0,7% do total de estabelecimentos existentes (1.782), abarcam uma área equivalente a 12.134 ha, 27,8% da área total (43.679). Os dados da estrutura fundiária de Pocinhos apresentados pelo IBGE no Censo Agropecuário (2017), ainda que reflitam a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, sinaliza também algumas transformações que ocorreram na direção da

redistribuição de terras, sobretudo nos últimos 15 anos. Essa redistribuição de terras tem acontecido através de ações de desapropriações encabeçadas pelo INCRA, mas sobretudo através da atuação do PNCF. Para Buriti (2016, p. 50):

No que concerne à realização de projetos de reforma agrária via desapropriações, as movimentações na estrutura fundiária contaram com a desapropriação de uma área de 1715,7 ha, o que corresponde a 4% da área total. Esse processo se deu no contexto da criação de dois assentamentos rurais: o assentamento Primeiro de Maio, criado em 2010, e o assentamento Gravatá, criado em 2013. Juntos, esses assentamentos beneficiaram 38 famílias. Em relação à reorganização da estrutura fundiária a partir da atuação do PNCF, nota-se um aumento tanto na quantidade da área abrangida quanto no número de novas propriedades criadas. A área compreendida pelos processos de compra e venda de terras foi de 2091,6 ha, o que equivale a 4,9% da área total. Esse processo resultou na criação de 91 novos estabelecimentos agropecuários, que possuem em média 20 ha, e que estão distribuídos entre quatro assentamentos: o assentamento Nova Canaã, o assentamento Nova Jerusalém, o assentamento Caibreras e o assentamento Pedro Inácio.

A expansão da atuação do PNCF no campo pocinhense ganha impulso pelas estratégias do mercado de terras que tem visto na RAM uma via para conseguir comercializar propriedades por valores que dificilmente seriam obtidos no mercado de terras comuns, pois são, em grande maioria, propriedades desvalorizadas que não dispõem de muitos recursos naturais e nem de grande infraestrutura produtiva, a exemplo da propriedade Malhada do Facheiro onde atualmente encontra-se o Assentamento Pedro Inácio.

Desta forma, conforme discutiremos a partir dos resultados obtidos em campo, a atuação da RAM embora venha sendo responsável por promover ações volumosas de redistribuição de terras⁴, não tem sido capaz de redefinir as contradições socioterritoriais presentes no campo, uma vez que há, mesmo com o acesso a terra, a persistência e recriação de problemas sociais e econômicos.

3 METODOLOGIA

A metodologia consiste no estabelecimento das etapas a serem percorridas ao longo da pesquisa. É através dela que é possível ter clareza quanto ao caminho da investigação. Para Zanella (2013), a pesquisa é uma atividade essencial da ciência. Desta forma, é através da pesquisa que produzimos conhecimento.

Na construção do estudo aqui apresentado partimos de uma abordagem qualitativa. Para Godoy (1995, p. 21), a pesquisa qualitativa leva em conta que um “fenômeno pode ser melhor

⁴ No município de Pocinhos-PB, o Crédito Fundiário através do PNCF contemplou de 2003 até 2020 102 famílias, com uma área adquirida de 2.293,31 km² e um volume de recursos gastos de 3.865.258,49 (EMPAER, 2021).

compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”. Neste sentido, segundo o autor, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva dos sujeitos nele envolvidos, considerando todos os pontos de vista relevantes. Ao optarmos pela abordagem qualitativa buscamos compreender a configuração da RAM e os seus desdobramentos no Assentamento Pedro Inácio dando destaque aos sujeitos e os demais aspectos relacionados ao objeto em análise. Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo exploratória. Na leitura de Zanella (2013), a pesquisa exploratória é pautada em um planejamento flexível em que todos os fatores são considerados.

No tocante aos procedimentos metodológicos, o trabalho esteve apoiado na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica consiste no estudo de material já publicado, cuja intenção é colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre o tema, tendo como fontes: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet.

No âmbito da pesquisa bibliográfica levantamos referenciais teóricos que dialogam com a temática analisada empiricamente, de modo que buscamos selecionar textos com temáticas postas na direção de discussões em torno da reforma agrária, da questão agrária brasileira e da perspectiva conceitual dos sujeitos do campo, especificamente, os agricultores familiares.

Em relação à pesquisa de campo, esta foi realizada no Assentamento Pedro Inácio, no município de Pocinhos-PB, no período de março a abril de 2021. Nesta oportunidade, além das observações *in loco* realizadas durante o mês de março e fundamentais à compreensão do objeto, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com 10 dos 20 assentados residentes do Assentamento Pedro Inácio. Através destas entrevistas objetivamos reunir informações acerca das contradições socioterritoriais e das formas de resistência presentes no recorte da pesquisa.

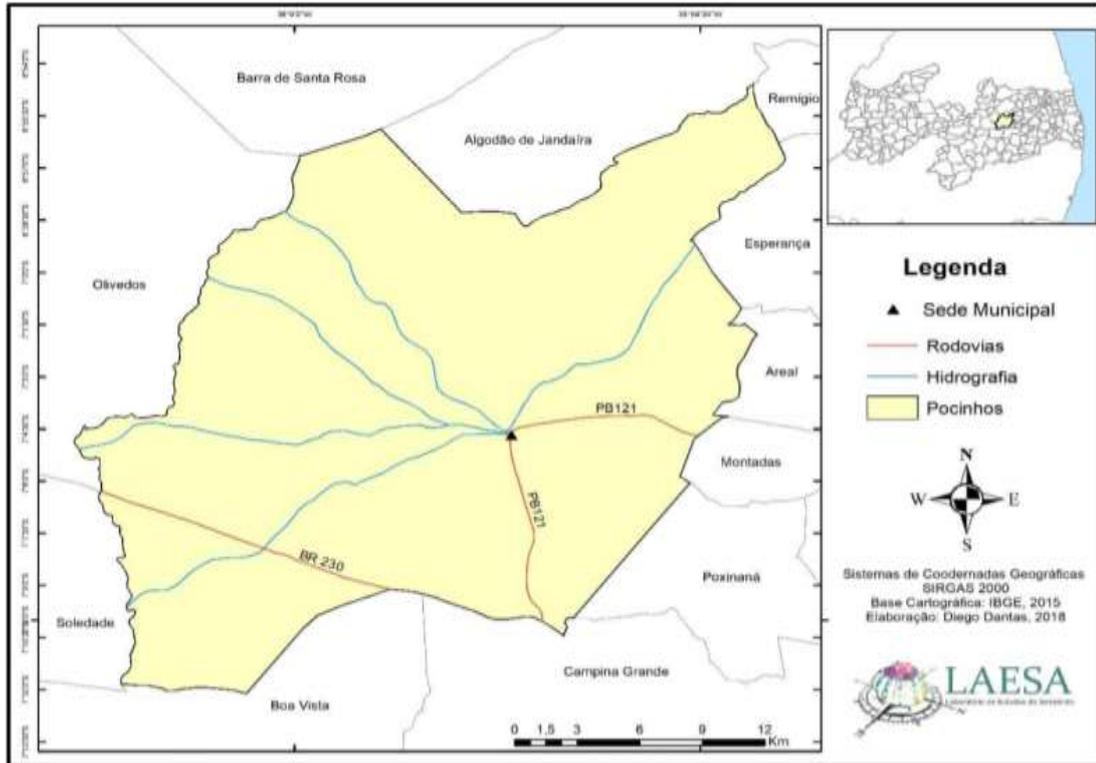
É pertinente ressaltar que a realização da pesquisa de campo seguiu todas as normas sanitárias em vigor no município de Pocinhos-PB, tendo sido as entrevistas realizadas em espaço aberto com ventilação natural e com todos os presentes fazendo uso de máscara e respeitando o distanciamento social. As entrevistas foram realizadas individualmente, justamente para evitar qualquer tipo de aglomeração.

3.1 O recorte espacial da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Assentamento Pedro Inácio, que se localiza no município de Pocinhos (mapa 1), no estado da Paraíba. O referido município faz parte da Região

Geográfica Intermediária e Imediata de Campina Grande, estando distante da capital João Pessoa cerca de 162 km. Possui uma área territorial equivalente a 623,967km² e com uma população estimada de 18.708 habitantes (IBGE, 2020).

Mapa 1- Localização do município de Pocinhos-PB

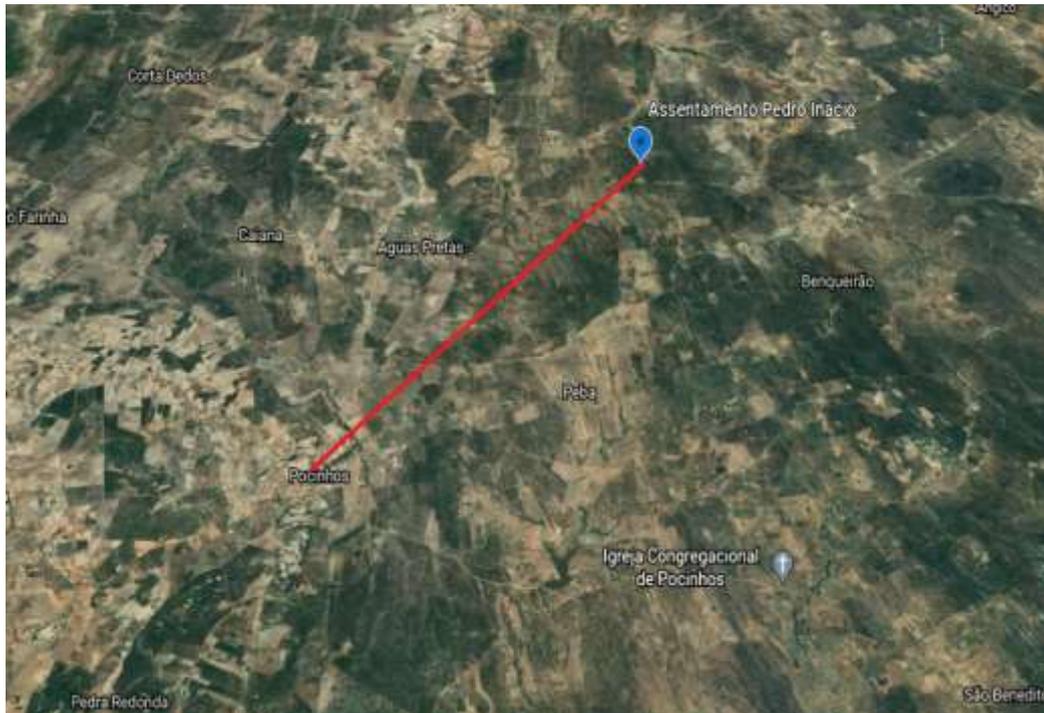


Fonte: Dantas (2018).

O Assentamento Pedro Inácio (Figura 1) se localiza na porção Norte do município, estando a cerca de 16 km da cidade de Pocinhos. O Assentamento possui uma área territorial equivalente a 483 hectares. Deste total, 400 hectares encontram-se divididos em 20 lotes de 20 hectares cada, pertencendo cada um destes lotes a uma família. Os 83 hectares restantes compreendem uma área constituída por duas reservas ambientais⁵, cuja área e criação foram determinadas pelo Estado.

⁵ Os assentados não possuem clareza sobre o processo legal (documental) de criação destas reservas e sobre a forma como devem zelar por estas áreas. Apenas informaram que as reservas foram criadas porque compreendem uma área de serra do Assentamento, onde não haveria possibilidade de produção agrícola em razão dos aspectos físicos.

Figura 1- Localização do Assentamento Pedro Inácio em relação a cidade de Pocinhos-PB



Fonte: Google Earth (Adaptado pelo autor, 2021)

O Assentamento se localiza em uma área margeada Oeste por serras e caracteriza-se pela perda de vegetação que durante décadas foi alvo da retirada de madeira para a queima de lenha. Antes da criação do Assentamento a propriedade era utilizada apenas para a criação extensiva de gado, não tendo sido utilizada antes para nenhum tipo de cultivo agrícola. Na propriedade também não havia nenhuma residência construída, uma vez que servia apenas como locação para gado. A única obra existente era um açude.

4 RESULTADOS

4.1 A criação do Assentamento Pedro Inácio

A criação do Assentamento Pedro Inácio ocorreu em 2014, depois de dois anos de negociação entre os agricultores familiares camponeses residentes na Comunidade Malhada dos Bois e o proprietário da Fazenda Malhada do Facheiro. A Comunidade Malhada dos Bois se localiza vizinho a Fazenda Malhada do Facheiro, que foi a área transformada no Assentamento.

Em 2012, segundo relatos dos assentados, um consultor do Banco do Nordeste juntamente com um representante da INTERPA/PB procurou o atual Presidente da Associação

e apresentou a proposta da RAM para ele, que em seguida reuniu-se com as demais famílias hoje assentadas para discutirem a proposta e as expectativas quanto as vantagens apresentadas.

As vinte famílias que formaram a Associação ainda em 2012 eram formadas por pequenos agricultores sem terra e minifundistas, o que fez com que a possibilidade de adquirir um pedaço de terra e nela pudessem passar a produzir logo se tornasse algo interessante para todos. De acordo com um dos assentados:

A proposta de criação da Associação para comprar a terra foi apresentada a nós de uma forma que só vimos vantagens. Era a oportunidade de conseguirmos uma terrinha para plantar e criar, o que não tínhamos. Foi assim que não paramos nem para pensar nas dificuldades, não pensamos em como seria depois que estivéssemos na terra, só queríamos aproveitar a oportunidade [...] (Assentado 01. Entrevista realizada em abril de 2021).

O contexto de criação da Associação, que é anterior a criação do Assentamento, foi marcado por ações articuladas entre o Banco do Nordeste e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA-PB), Órgão do Governo estadual que desde 2019 foi incorporado a outro Órgão estadual, a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Desta forma, havia, no âmbito do Estado uma intenção em expandir esse modelo de RAM no município de Pocinhos e no âmbito do Banco do Nordeste a intenção de que a compra da terra se concretizasse, o que o permitiria efetivar o financiamento dos diversos recursos previstos pelo PNCF. Esta articulação entre interesses levou ao conhecimento dos agricultores camponeses uma RAM que só apresentava vantagens. Estas vantagens, em um cenário agrário-agrícola permeado de adversidades, tornou-se rapidamente o combustível para a efetivação do processo de compra e venda.

Contudo, apesar do interesse de todas as partes envolvidas no processo de compra e venda (Banco, Estado, Associação e o proprietário da terra), as negociações em torno da compra da propriedade perdurou por cerca de dois anos. Essa demora deveu-se a questões burocráticas relacionadas a posse da terra por parte do proprietário que havia comprado a terra de um parente, mas não havia regularizado a documentação de posse e registro junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); bem como de problemas com a apresentação da documentação por parte dos camponeses. A demora para a concretização da compra da propriedade e, conseqüentemente, para o acesso dos agricultores familiares camponeses na terra desmotivou a Associação que, segundo os próprios assentados, foi perdendo unidade e capacidade de articulação por parte dos seus membros. Conforme destacado por um dos Assentados entrevistados:

A demora para podermos receber a terra, já que houve esse impasse no Banco, desanimou todo mundo e a Associação também foi ficando desanimada, porque nós tínhamos muitas expectativas em 2010, de fortalecer a união das famílias, de começarmos lutar por reivindicações para a melhoria do Assentamento. Mas com a demora na criação do Assentamento tivemos cada um que correr atrás dos meios de sobrevivência, aí foi um trabalhar no sisal, outros no corte de madeira, e assim foi [...]. Cada um foi tentar viver da forma como podia antes da terra sair. (Assentado 02. Entrevista realizada em abril de 2021).

Finalmente, em 2014, acontece a concretização da compra da terra e os assentados puderam entrar nos lotes e começar a construir as moradias e a infraestrutura produtiva necessária conforme a atividade econômica priorizada, que no caso foi a criação de caprinos. Os recursos aos quais os agricultores tiveram acesso foram do “PNCF MAIS”, que é uma das linhas de financiamentos do PNCF que destina recursos para aquisição da terra (SAT) e para investimentos básicos (SIB) na estruturação da unidade produtiva do Assentamento (figura 2).

Figura 2- Infraestrutura produtiva construída no Assentamento via financiamentos do SIB



Fonte: Trabalho de campo (2021)

Embora organizados de forma associativa, os financiamentos foram individuais, de modo que cada assentado se comprometeu em arcar com os seus compromissos junto ao Banco. Com os recursos disponibilizados pelo Banco do Nordeste, as famílias puderam começar a equipar os lotes com as construções previstas pelo PNCF, isto é, as residências e um espaço para manejo dos caprinos.

4.2 O acesso à terra e as contradições socioterritoriais no Assentamento Pedro Inácio.

A partir do acesso à terra e aos financiamentos para a construção da infraestrutura produtiva, as vinte famílias buscaram estruturar os seus lotes para assegurar as condições de moradia e reprodução econômica no Assentamento. Esse processo, todavia, para frustração da maioria dos assentados, foi lento e envolto de desafios. O primeiro destes desafios, foi a qualidade dos materiais disponíveis para a construção da casa. Segundo os assentados, foi feito ainda em 2013, como demanda do PNCF, um orçamento de todos os materiais necessários para a construção das casas e este orçamento foi apresentado ao Banco como requisito necessário a seguridade do financiamento para tal finalidade. No entanto, o recurso só foi liberado em 2015 o que resultou em uma disparidade de preços que fez com que os valores antes estipulados já não fossem suficientes. Isso fez com que os assentados recorressem a materiais de qualidade inferior, pois só desta forma os recursos já financiados cobririam as despesas.

Com materiais de baixa qualidade à disposição, as casas construídas, além de pequenas (50 m²), passaram a contar com uma infraestrutura precária. Isso desmotivou algumas famílias a se mudarem de imediato para o Assentamento, tendo estas adiado essa mudança na expectativa de que com recursos próprios se pudesse fazer alguma melhoria na estrutura das casas. De acordo com um dos entrevistados:

Recebemos um valor para comprar cimento, tijolo, telha para construir as casas que não dava para comprar materiais de qualidade e isso nos deixou refém de produtos de baixa qualidade. Todos nós já tínhamos nossa casinha na terra de familiares, da mãe, de um irmão [...] não tínhamos terra para plantar, essa era nossa demanda principal, mais uma casinha ainda que simples tínhamos. E aí quando as casas do Assentamento ficaram prontas e tínhamos a possibilidade de se mudar para nossa terrinha, ficamos apreensivos com o tamanho da casa para uma família grande, como a minha se sete pessoas, e para as condições da construção, porque o telhado era muito fraquinho [...] Isso fez com que muitos assentados demorasse mais para se mudar, porque tentaram antes fazer algum benefício na casa. (Assentado 03. Entrevista realizada em abril de 2021).

Além disso, outro fator que retardou a entrada de fato na terra foi a demora para a instalação da energia elétrica que somente foi estabelecida no Assentamento em 2020, isto é, seis anos após a concretização do processo de compra e venda. Segundo os assentados, esse aspecto complicou muito a instalação deles no Assentamento, pois nem como operar máquinas básicas, como uma bomba hidráulica era possível.

A atividade econômica escolhida pelos assentados para gerar emprego e renda, como já pontuado, foi a caprinocultura. Desse modo, cada assentado teve acesso a um financiamento para a aquisição de 10 cabras e 1 reprodutor, os quais deveriam servir de base para ampliação gradativa do rebanho. A criação de caprinos é vista como uma atividade econômica viável na

região que conta com condições climáticas, típicas dos territórios semiáridos, adversas para algumas espécies de animais, sendo os caprinos mais resistentes. Todavia, a falta de assistência técnica e veterinária dificultou a criação, tendo boa parte do rebanho sido perdida em razão de doenças que se espalharam pelas criações, a exemplo da osteodistrofia fibrosa, conhecida como “doença da cara inchada”, que acomete bovinos, equinos e caprinos.

Figura 3- Criação de caprinos em um dos lotes



Fonte: Trabalho de campo (2021).

Diante de todas estas adversidades, o abandono das terras tornou-se comum. De acordo com os dados levantados em campo, cinco assentados se desfizeram da terra, seja repassando através de uma venda informal, ou simplesmente deixando a terra para traz. Com base no que foi constatado em campo, verificou-se que os assentados, até mesmo aqueles que resolveram permanecer no Assentamento, já demonstraram em algum momento o desejo de desistir e buscar outras formas de vida.

O fato é que, a demora no retorno financeiro e os prejuízos acumulados ao longo dos anos fez com que os assentados passassem a se sentir desestimulados por um lado, e, por outro, traz um problema ainda maior: a falta de recursos para pagar as parcelas dos financiamentos. Segundo os assentados, já existem parcelas vencidas tanto do financiamento da terra como da infraestrutura produtiva, mas somente quatro dos vinte assentados tiveram condições de pagar.

Ainda segundo os relatos dos entrevistados, eles não tem clareza sobre a situação da terra junto ao Banco e também tem dificuldade para se articularem junto a Associação e tentar pleitear um acordo para abatimento dos juros e lançamento de novas propostas para quitação das dívidas. Sem que isso ocorra, o que resta é um cenário desafiador e de incertezas para os assentados.

Figuras 4 e 5- Casas abandonadas no Assentamento Pedro Inácio



Fonte: Trabalho de campo (2021)

Essa realidade contraditória identificada, apesar de representar para alguns assentados um contexto que inviabiliza a permanência no campo, para outros tem sido enfrentada através de diferentes formas cotidianas de resistência que, embora não apaguem as contradições que são inerentes a este modelo de reforma agrária e não eximam a responsabilidade dos poderes públicos, mostram a força do camponês e dos seus esforços para não deixar a terra.

4.3 As formas de resistência

A resistência é uma condição que tem comparecido como característica fundamental da agricultura familiar camponesa no Brasil, onde a ofensiva do capital legitimou, em um Estado neoliberal, a grande propriedade como *locus* principal de captação das políticas públicas. Diante das adversidade historicamente postas no campo brasileiro, restou a agricultura familiar camponesa resistir e enfrentar as desigualdades postas pelo modelo capitalista de produção.

É nesta vertente que os camponeses do Assentamento Pedro Inácio, apesar de toda dificuldade para se fixarem na terra e nela permanecerem de forma digna, têm procurado lutar para conseguir superar os desafios que residem, antes de tudo, no modelo de reforma agrária através do qual foi viabilizado o acesso à terra.

Atualmente, dos vinte camponeses que ingressaram na terra, nove vêm buscando estabelecer formas de permanência, recorrendo a estratégias que possam gerar algum tipo de renda. Neste sentido, há um empenho em prol de uma articulação entre os que desejam continuar resistindo. Essa articulação, contudo, é difícil em face das adversidades, pois os camponeses, antes de mais nada, precisam buscar formas alternativas para a sobrevivência imediata. Segundo o relato de um dos camponeses que resistem no Assentamento:

Temos muita vontade de nos organizarmos melhor, de buscar mais informações acerca dos nossos direitos para sabermos como ir atrás deles, mas isso não é tão fácil. Cada um aqui tem uma luta própria e mais urgente, que é buscar meios imediatos para sobreviver. Quando temos que sair do assentamento para ir fazer um bico em outra propriedade ou até na cidade, é para não morrer de fome e isso é urgente [...] mas quando fazemos isso, deixamos de pensar no que acontece, e principalmente no que não acontece aqui dentro, e isso nos enfraquece enquanto associação, enquanto gente do campo (Assentado 01. Entrevista realizada em abril de 2021).

O fato é que é notório o desejo dos camponeses assentados de permanecerem na terra e nela construir suas sociabilidades. No entanto, há uma clara lacuna na política pública do PCNF, que torna-se uma política de reforma agrária que favorece principalmente o mercado. Não basta garantir o acesso à terra, é preciso garantir as vias de reprodução camponesa, pois só assim poderemos falar em uma reforma agrária social e justa.

Para Scott (2002), o Estado pode responder a resistência camponesa de muitas formas, como a partir de novas políticas ou simplesmente da aplicação daquelas que já existem de forma a beneficiar os camponeses. É neste sentido que devemos valorizar, segundo Scott (2002), as lutas cotidianas camponesas, isto é, aquelas práticas que no dia a dia se mostram como respostas aos agentes que buscam explorar o trabalho camponês.

Os camponeses, em suas lutas diárias têm buscado possibilidades para obter renda dentro dos seus próprios lotes. Neste sentido, podemos dizer que a luta cotidiana dos camponeses ganha um aspecto de luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento de sua condição camponesa no território. É um grito pela visibilidade de demandas que devem ser, mais do que vistas, mediadas pelo Estado que, nos contextos da atuação da RAM, tem se mantido omissas as desigualdades e contradições presentes no campo.

De acordo com um dos assentados, decidir ficar quando tudo leva a sair, é o primeiro ato de resistência. Como forma de resistência, os assentados têm buscado investir na criação de

galinhas de capoeira, que gera renda através da comercialização de ovos e carne, além de produzir proteína animal para o consumo familiar. A atividade coexiste com a criação de caprinos, que apesar das perdas frequentes dos animais para doenças, ainda se mostra uma atividade capaz de gerar renda complementar, sobretudo através da venda da carne e da utilização do leite na fabricação de queijos.

De toda forma, são estratégias que ainda precisam de estruturação e apoio para se fortalecerem. O apoio técnico do Estado, que não ocorre desde a criação do Assentamento, seria fundamental para a organização dos camponeses e da preparação destes para aumentar a produção, o que permitiria assegurar uma renda mensal suficiente para toda a família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da posse da terra no Brasil é marcada pela concentração nas mãos de poucos proprietários. Ao contrário do que aconteceu em outros países, no contexto agrário brasileiro, a reforma agrária, mas do que uma ação estrutural apoiada pelo capital para aumentar as suas possibilidades de reprodução, se mostrou um processo contrário aos interesses do capital que infiltrado no Estado postergou a reforma agrária e impediu a sua plena realização (MARTINS, 1999).

Com a emergência nas políticas neoliberais, principalmente na década de 1990, o próprio capital tratou de adequar as “soluções” postas para a questão agrária, lançando a sua própria reforma agrária, a chamada Reforma Agrária de Mercado. Essa investida do capital na problemática da estrutura fundiária brasileira, se por um lado permitiu um acesso menos desburocratizado a terra, por outro trouxe à tona uma série de novas contradições socioterritoriais.

Muitas destas contradições estão materializadas no Assentamento Pedro Inácio, em Pocinhos-PB, onde pudemos constatar através de pesquisa de campo todas as adversidades inerentes a esse modelo de reforma agrária que centraliza o lucro como necessidade primordial e imediata, e deixa a margem as demandas sociais dos camponeses.

Embora em meio a tantas adversidades, os camponeses tentam resistir cotidianamente e tentam estabelecer formas de permanência no território conquistado. Essa resistência, no entanto, precisa de respostas por parte do Estado que deve desenvolver neste território políticas sociais para auxiliar a reprodução socioeconômica camponesa.

Ainda entendemos como sendo necessário o fortalecimento da formação política dos camponeses para que eles tenham clareza sobre seus direitos e sobre o que podem requerer de melhorias para seus territórios.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. (Grupo de Trabalho: Reformulação do Crédito Fundiário. 2017. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/apresentacoes-em-eventos/audiencias-publicas-2017/audiencia-publica-16-de-maio-de-2017-casa-civil>> Acesso em: 12 de fev. de 2021.
- BURITI, M. M. dos S. **Dinâmicas Territoriais e Interações Espaciais: o circuito espacial produtivo da avicultura de corte no município de Pocinhos-PB**. Dissertação de Mestrado. Geografia. UFPB. João Pessoa, 2016.
- COCA, E. L. de F. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 170-197, 2013.
- DANTAS, D. dos S. **A difusão do meio Técnico-científico-informacional na produção avícola no município de Pocinhos (PB)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). UFPB. João Pessoa, 2018.
- EMPAER- EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. **Propostas contratadas do Crédito Fundiário na Paraíba**. 2021. Disponível em: <http://www3.emater.pb.gov.br/regfundiaria/Contratadas-2002-2019.pdf> Acesso em: 14 de jan. de 2021.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias no Brasil. **Boletim DATALUTA**, Artigo do mês, p. 1-10, 2008.
- FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (Livre-docência Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, 35(2), 57-63, 1995.
- IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 11 de mai. de 2021.
- IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades (Pocinhos-PB)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pocinhos/panorama> Acesso em: 23 de mai. de 2021.

INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Obtenção de terras**. 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/obtencao-de-terras.html>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 11, n. 11, p. 97-128, 1999.

MOREIRA, E. de R. F; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, J. M. M. A reforma agrária assistida pelo mercado do Banco Mundial na África do Sul e no Brasil (1994-2002). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 218-235, 2017.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows10/Downloads/PDF39SAA_selecao2011Van20der20Ploeg%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows10/Downloads/PDF39SAA_selecao2011Van20der20Ploeg%20(1).pdf) Acesso em: 25 de mai. de 2021.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAUER, S. Reforma agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, 2010, p. 98-125.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. (Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ). 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesos em: 14 de jan. de 2021.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de pesquisa. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013

**APÊNDICE-A: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS
ASSENTADOS**

1- Como vocês tomaram conhecimento da possibilidade de financiar terras através deste modelo de reforma agrária?

2- Quando foi criada a Associação?

3- Como foi o acesso a terra?

4- O acesso aos recursos financiados ocorreu de que forma e em que tempo?

5- Quais as principais dificuldades encontradas no Assentamento?

6- Quais as estratégias que veem sendo adotadas para permanecer na terra?

7- Os assentados tem tido dificuldades para pagar os recursos financiamentos?

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento de reflexão. Muitas pessoas atravessam o nosso caminho e, cada um à sua maneira, deixa suas contribuições. Desta forma, escolher algumas destas pessoas e aqui mencionar é também um meio de homenagear todas as outras que também foram importantes ao longo desta caminhada.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a Deus, pois sem a misericórdia dele em minha vida esta conquista não seria possível. Toda honra e toda glória seja dada ao senhor.

Agradeço a minha esposa Maria Marta, por todo o companheirismo. A pessoa que mais incentivou a minha formação acadêmica, mostrando que tudo é possível quando se tem determinação.

Agradeço a minha família pela convivência amigável ao longo da minha vida.

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba, Instituição que me permitiu concretizar o sonho da formação superior.

Ao corpo docente do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, turma de 2017, que contribuiu de forma séria e comprometida com a formação de todos os alunos.

Agradeço a minha Orientadora, a Professora Nathália Rocha Morais pela disponibilidade e compromisso.

Agradeço também a Banca pela disponibilidade e contribuição com o trabalho, nas pessoas dos Professores Agnaldo Barbosa da Silva e Weldon Pereira Silva de Novais.

Agradeço também a Empresa Central Gás, empresa onde trabalhei durante toda a Graduação e onde tive a compreensão de todos para que eu pudesse realizar as atividades inerentes ao curso, mesmo quando estas coincidiram com o horário de trabalho.

Agradeço aos assentados que disponibilizaram todas as informações solicitadas no âmbito da pesquisa realizada.